



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

JUSTIFICATIVA - PL 0573/2021

Quando falamos em gestão logo nos vem à cabeça empresas e corporações que organizam sua administração visando bom desempenho e boas práticas. De fato, está mais do que comprovado que uma boa administração das áreas de uma organização expõe quais são os erros, os acertos, os riscos que podem ou não podem ser tomados e cria mecanismos capazes de otimizar ao máximo os potenciais ali existentes.

Pensamento estratégico e análise de indicadores são perfis básicos para que o resultado de qualquer empreendimento opere de modo eficiente e atinja seu objetivo final. O SUS, por exemplo, precisa de uma boa operação em seus postos de atendimento para que o objetivo final de atender a saúde de todos os brasileiros que dependem do sistema seja concretizado de modo satisfatório. E quando falamos em escolas, a lógica não é diferente!

Em um intervalo de 20 anos e tendo como referência 219 pesquisas educacionais feitas nos Estados Unidos, um estudo da Wallace Foundation concluiu que as práticas positivas de trabalho do diretor de escola estão correlacionadas com a melhora da aprendizagem dos estudantes em matemática e leitura. No Brasil não é diferente, o Instituto Unibanco, em parceria com cinco Secretarias Estaduais de Educação, selecionou práticas de gestão em colégios brasileiros que adotaram processos de mudanças focados no direito de aprender dos jovens e geraram resultados de aprendizagem com equidade.

Infelizmente, essas boas práticas são exceção no nosso país. Isso se dá principalmente porque o processo de escolha da direção das escolas acontece em primeiro lugar por eleição, seguido de indicação. Levando em consideração que o objetivo comum é melhorar o rendimento dos alunos, isto é, que eles aprendam cada vez mais, e que a gestão escolar está conectada com a concretização desse objetivo, há dúvidas se o processo de eleição e de indicação mais usados atualmente para preenchimento do cargo garante a escolha de um representante que saiba de fato acompanhar os processos de ensino e de gerência de recursos humanos e financeiros, por exemplo.

Com o objetivo de cumprir a execução de atividades não exclusivas do estado e passar a gestão para quem entende mais e se dedica exclusivamente a matéria, o Brasil passou a viabilizar parcerias com Organizações Sociais (OSs) que desempenham atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura, à saúde e outros. Em regra, os representantes dessas OSs entendem de gestão e conseguem otimizar ao máximo o desempenho da atividade seguindo as atribuições, metas e obrigações firmadas com o Poder Público.

Atualmente, a cidade de São Paulo conta com 2.057 creches conveniadas, ou seja, organizações sociais que recebem recurso público para gerir o funcionamento dos equipamentos de primeira infância como forma de garantir o acesso público, gratuito e com mais qualidade à população. O ensino fundamental e o ensino médio paulistano infelizmente não contam com essa modalidade, há um grande embate ideológico que se baseia na falácia de que tal iniciativa privatizaria a educação pública. Pernambuco rompeu essa objeção quando se baseou nos cases de sucesso das escolas conveniadas de Nova Iorque e criou o Centros de Ensino em Tempo Integral (Procentro), modelo de charter school implantado pela Secretaria de Educação do Estado em parceria com o Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação (ICE) de 2005 a 2007. A iniciativa diminuiu as taxas de abandono e evasão escolar e aumentou o desempenho dos alunos e o engajamento das famílias.

Baseando-se nas evidências da boa gestão no desempenho dos alunos, Minas Gerais também inovou ao lançar o Projeto Somar em maio deste ano. A proposta estimula a gestão compartilhada de escolas estaduais que ofertam o ensino médio, em parceria com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. O foco do projeto piloto é a melhoria da qualidade do ensino a partir de um novo modelo de gestão e a busca por diferentes estratégias para a implementação do Novo Ensino Médio cada vez mais atrativo para os jovens nas três escolas estaduais selecionadas. Poderão se inscrever no edital do Projeto Somar instituições que possuam experiências diversificadas e consolidadas tanto em metodologia de ensino, como em processos de gestão. As ações inovadoras implementadas nas escolas que adotarem o modelo de gestão compartilhada serão acompanhadas de forma atenta pela Secretaria para que possam ser incorporadas em outras unidades de ensino. Além disso, as organizações deverão apresentar um plano de trabalho com metas previstas tanto para garantia da oferta do ensino como resultados de avaliação de aprendizagem.¹

A educação pública paulistana conta com mais de 1 milhão de alunos e cerca de 80 mil professores, comunidade maior que a população de Bahamas. A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo tem o maior orçamento entre todas as secretarias, com R\$13,7 bilhões. Mesmo assim, o município não está nem entre as dez cidades brasileiras com os melhores índices educacionais do país. Nós temos muito potencial para adotar modelos como o de Minas Gerais e passar a dar a atenção que os alunos do século XXI merecem e precisam adotando políticas públicas baseadas em evidências!

¹ Projeto Somar estimula gestão compartilhada em escolas de ensino médio com foco na melhoria dos indicadores educacionais. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/11358-projeto-somar-estimula-gestao-compartilhada-em-escolas-de-ensino-medio-com-foco-na-melhoria-dos-indicadores-educacionais>

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 03/09/2021, p. 83

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.saopaulo.sp.leg.br.